

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO Nº 31/2022

PROCESSO SEI Nº: 0003297-58.2022.6.05.8000

Licitação para REGISTRO DE **PREÇOS**, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de mobiliários, carrinhos, equipamentos diversos e condicionadores de ar.

RELATÓRIO FINAL

Instado a realizar licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de mobiliários, carrinhos, equipamentos diversos e condicionadores de ar, respeitando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, bem como nos sites do TRE-BA.

Aos 06 (seis) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 45, de 22 de abril de 2020, deu início à realização dos trabalhos relativos ao presente Pregão.

Aberta a sessão, o Pregoeiro fez análise preliminar das propostas apresentadas. De início, em seguida, foi dado início à etapa competitiva, através do recebimento de lances, tendo sido ofertados lances conforme registra a Ata do Pregão acostada aos autos, documento SEI nº2053205.

Verificada a aceitabilidade dos preços unitário e total, bem como a confirmação da conformidade dos produtos ofertados às especificações previstas do edital, procederam-se à sua aceitação, no entanto, os itens nº 2-4-16 e 18 foram DESERTOS, enquanto que os itens nº1-3-14 e 19 foram fracassados, sendo com isso esses quatro Itens figurados em situação CANCELADOS NA ACEITAÇÃO. Em seguida foram classificadas as seguintes empresas, consoante tabela infra:

Verificada a aceitabilidade dos preços unitário e total, bem como a confirmação da conformidade dos produtos ofertados às especificações previstas do edital, procedeu-se à sua aceitação. Em ato contínuo, foram classificadas as seguintes empresas:

ITEM Nº	NOME DO LICITANTE VENCEDOR
5	H MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
6 e 13	A ECONOMICA COMÉRCIO LTDA
7	GRIEBLER E GRIEBLER LTDA
8	I C SERAFINI REFRIGERAÇÃO
9 e 15	JALDI DOS SANTOS DONATO

10 e 12	M FELIPE GALVÃO
11	IVILA DA COSTA CARVALHO
17	MIKROSHOP COMÉRCIO SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA

Ao final da fase de classificação, foram aceitas as propostas das empresas supramencionadas.

Finalizada a etapa competitiva, passou-se a fase de negociação, sempre na busca de reduzir o preço ofertado pelas empresas vencedoras. Após o final da negociação, não conseguimos lograr êxito na negociação com empresas vencedoras supramencionadas, e, apesar de não logarmos êxito em relação à negociação com aludidas empresas, o valor ofertado ficou abaixo do máximo aceitável para contratação.

Passando-se à fase de habilitação, o pregoeiro consultou o SICAF e verificou: a) a compatibilidade do objeto social das empresas vencedoras do certame com o objeto da licitação; b) os Documentos de Habilitação da empresa **H MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, anexados ao Doc SEI nº2054216; os Documentos de Habilitação da empresa **A ECONOMICA COMÉRCIO LTDA**, anexados ao doc SEI nº2054357 e 2063380 (Certidões Portal da Transparência empresa e sócio); os Documentos de Habilitação da empresa **GRIEBLER E GRIEBLER LTDA**, doc SEI nº2054441; os Documentos de Habilitação da empresa **I C SERAFINI REFRIGERAÇÃO**, doc SEI nº 2054519; os Documentos de Habilitação da empresa **JALDI DOS SANTOS DONATO**, doc SEI nº2054545; os Documentos de Habilitação da empresa **M FELIPE GALVÃO**, doc SEI nº 2054564; os Documentos de Habilitação da empresa **IVILA DA COSTA CARVALHO**, doc SEI nº2054580 e os Documentos de Habilitação da empresa **MIKROSHOP COMÉRCIO SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA**, doc SEI nº2054598; c) a ausência de causas impeditivas da contratação, através da consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome da empresa e do sócio majoritário; d) a inclusão das Declarações exigidas nas condições 10.1.1 e 10.1.2 (doc. SEI nº2053228).

Por fim, foram habilitadas as empresas vencedoras acima relacionadas, sendo o objeto da licitação adjudicado aos respectivos vencedores.

Impende ressaltar que a anotação restritiva constante no Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor do SICAF, doc SEI nº 2054216, referente à licitante H MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, vencedora do item nº5, restringe-se ao âmbito do Órgão Sancionador da empresa YM COMERCIO E SERVICOS LTDA e que empresa licitante supra tem como registro de data da Abertura da empresa o dia 12/07/2021, enquanto que a empresa YM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, portadora do CNPJ 21.344.057/0001-88, tem como data de Abertura da Empresa o dia 30 de outubro de 2014, enquanto que a data da ocorrência do Órgão Sancionador teve como termo inicial o dia 23/05/2022, conforme de comprova do Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor, doc SEI nº2054216, donde se conclui que a criação da empresa H MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, ocorrida em 112/07/202, não possui indícios de tentar burlar a Administração Pública e a Legislação Licitatória vigente e que o sócio HERON CELSO

MARTINS VASCONCELLOS, cpf nº 133.175.417-84, não mantém mais vínculo com a empresa apenada desde o dia 06/10/2021, data do seu desligamento da empresa **YM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**. Nesse sentido, foi anexado o contrato social com alteração referente à empresa YM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, no qual consta exclusão do sócio HERON CELSO MARTINS VASCONCELLOS do quadro social da aludida empresa, doc SEI nº 2054216. Instado pelo pregoeiro a se manifestar sobre a ocorrência identificada, a licitante prestou os seguintes esclarecimentos, no chat:

"Informamos que a empresa H Martins não possui vínculo com a empresa YM Comércio, caso necessário, enviaremos a retirada do sócio da empresa". "Sr. Pregoeiro, como pode-se observar, o contrato social anexado da empresa YM o sócio Heron Celso Martins Vasconcellos se retirou da sociedade em 04/10/2021". Entramos no portal consultar a penalidade imposta sobre a empresa YM Comércio e Serviços Ltda e observamos que foi dada após a saída do sócio, não tendo o mesmo nenhuma relação com a penalização."

Quanto à anotação restritiva da licitante GRIEBLER E GRIEBLER LTDA, vencedora do item nº 7, Constante no Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar do SICAF, doc SEI nº 205444, sanções de Suspensão Temporária e de Impedimento de Licitar e Contratar se restringem ao âmbito do Órgão Sancionador do município de PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS/PR. Vale destacar que a condição 2.8 do Edital disciplina o seguinte:

2.8. Não poderão participar desta licitação:(...)

- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar contratar **com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação; (GRIFO NOSSO).

No art. 6º, do inciso XI, da LL, o conceito de **Administração Pública** abrange Administração direta e indireta da União, dos Estados, do DF e dos Municípios compreendendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas. Assim, o conceito é o mais amplo possível. Enquanto que a definição de Administração é mais simples, tratando-se do órgão atuante concretamente.

As penalidades diretas, que afastam a participação e contratação da licitante, são as seguintes:

- a) Empresa punida com penalidade de suspensão **aplicada pelo TRE-BA**;
- b) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a **Administração Pública, Direta Indireta, Federal, Estadual/Distrital ou Municipal** (ou seja, com todo mundo. É a penalidade mais grave de todas);
- c) Empresas impedidas de licitar e contratar com a União, por força do artigo **7º da Lei nº 10.520/20** (Lei nº 10.520/2006). Ou seja, a penalidade aplicada com base no mencionado artigo da lei de pregão sempre gera impedimento de licitar com a União. Já se o impedimento for com base da Lei de Licitação (art. 87, inciso IV) a empresa fica impedida de contratar com a União.

Destarte, diante de tudo que fora dito, as penalidades impostas à licitante GRIEBLER E GRIEBLER LTDA não possuem o condão de impedir a licitante de licitar e contratar com este Tribunal nem de afastá-la do certame.

Alfim, no que concerne às anotações restritivas referente à licitante MATHEUS FELIPE GALVÃO, vencedora dos itens nº10 e 12, constantes Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor-SICAF, doc SEI nº 2054564, tem como registro de data da Abertura da empresa o dia 17/02/2016, enquanto que a empresa VITORIA LOGISTICA LTDA, portadora do CNPJ 24.183.988/0001-30, tem como data de Abertura da Empresa o dia 18/07/2018, além do mais os tipos de Ocorrências ali existentes: Suspensão Temporária- só atingem o Órgão Sancionador e tais anotações ocorreram no ano de 2021, conforme de comprova do Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor, doc SEI nº2054564, donde se conclui que a criação da empresa **M FELIPE GALVAO**, ocorrida em em 17/02/2016, não possui indícios de tentar burlar a Administração Pública e a Legislação Licitatória vigente e visto que o senhor **MATHES FELIPE GALVAO**, cpf nº 753 458 971-15, não mantém mais vínculo com a a empresa apenas desde o dia 06/10/2021, data do seu desligamento da empresa Vitória Logística Ltda. Instado pelo pregoeiro a se manifestar sobre a ocorrência identificada, a licitante prestou os seguintes esclarecimentos, no chat:

Informamos que o senhor MATHEUS FELIPE GALVAO não mantém mais nenhum vínculo com a empresa citada, participando mais do contrato social da mesma. em relatório atualizado do sicafe, Tribunal de contas da União, Conselho Nacional de Justiça cuja todas as certidões enviamos em anexo, não consta nenhum impedimento

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, conforme condição 12.1 do Edital, não houve manifestação de qualquer das empresas licitantes, sendo, em ato contínuo, encerrada a sessão pelo pregoeiro.

Anexados ainda os seguintes documentos SEI: Resultado por Fornecedor”, gerado pelo Sistema (doc. SEI nº2053233); Documentos de Proposta/Habilitação, constantes no doc SEI nº2053209, Documentos de Habilitação Complementar da empresa A ECONOMICA COMÉRCIO LTDA, referente às Certidões Negativas(Empresa e Sócio) do Portal da Transparência, doc SEI nº 2063380.

O objeto foi adjudicado, na forma do Termo de Adjudicação colacionado aos autos (doc. SEI nº2058838.

Por derradeiro, por estar inconclusivo, pede-se desconsiderar o RELATÓRIO NUP, doc SEI nº 2058870.

É o Relatório, que ora se submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 24 de agosto de 2022.

Lúcio Roberto de Oliveira

Pregoeiro